



Anais da Assembléia

Nº 75

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE JUNHO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA

ATA DA 52.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 1990

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luciano Pizzatto e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Ojalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Mário Pereira, Namir Piacentini e Paulino José Delazeri (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 115/90

Curitiba, 11 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a subscrever aumento de Capital da EMPRESA PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - EMATER-PR, mediante integralização pela incorporação dos seguintes imóveis:

Data de terras sob o nº 06 (seis) da Quadra 2, com área de 450 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), situada no quadro urbano da cidade de Jardim Alegre, havida pelo Estado conforme transcrição nº 20.495, do Registro de Imóveis da Comarca de Ivaiporã;

Data de terras sob nº 08 (oito), da quadra 7, com área de 489,60 m² (quatrocentos e oitenta e nove vírgula sessenta metros quadrados), situada no perímetro urbano da cidade de Mirador, havida pelo Estado conforme matrícula nº 3.336, do Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte; e

Área de terras com 68,00 m², (sessenta e oito metros quadrados) destacada da data nº 09, da quadra 7, da cidade de Mirador, havida pelo Estado conforme matrícula nº 3.337, do Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

A medida ora submetida a essa augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, uma vez que os imóveis em causa deverão, conforme informação contida no Of. GA/OD/1842/89 do Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, ser utilizados para construção de obras destinadas a abrigar escritórios da EMATER/Paraná, em diversos Municípios do Estado, necessários ao desenvolvimento das atividades da empresa.

Certo de que a proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante escritura pública, transferir à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER - PR, a título de aumento de capital, os seguintes imóveis:

1. Data de terras sob nº 06 (seis) da quadra nº 2 (dois) com área de 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) situada no quadro urbano da cidade de Jardim Alegre, Estado do Paraná, com os seguintes limites e confrontações: Pela

frente divide com a rua Ivaiporã, com 15,00 metros, pelo lado esquerdo divide com a data n° 05, com 30,00 metros, pelos fundos divide com a data n° 09, com 15,00 metros, pelo lado direito divide com a data n° 07, com 15,00 metros, adquirida por escritura pública, lavrada em 05 de novembro de 1973, nas notas de Jardim Alegre, naquela cidade, Tabelionato Cleusi Terezi-nha Camargo de Lima, à fls. 188, do Livro 39-N, e transcrita sob n° 20.495, do Registro de Imóveis da Comarca de Ivaiporã.

2. Data de terras sob n° 08 (oito), da quadra 07 (sete), com a área de 489,60 m2 (quatrocentos e oitenta e nove vírgula sessenta metros quadrados), sendo medidos 14,40 X 34,00 metros, situada no perímetro urbano da cidade de Mirador, Comarca de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, estando dentro das seguintes divisas e confrontações: pela frente com a Avenida Paraná, de um lado com a data de terras sob n° 07, pelos fundos com a data de terras sob n° 13 e finalmente pelo outro lado com a data de terras sob n° 09, todas da mesma quadra, adquirida por escritura pública, lavrada em 18 de janeiro de 1982, nas notas do Tabelionato de Paraíso do Norte, às fls. 48/49 do Livro 9 e matriculada sob n° 3.336, do Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte;

3. Área de terras com 68,00 m2 (sessenta e oito metros quadrados), destacada da data 09(nove), quadra 07 (sete), da cidade de Mirador, Comarca de Paraíso do Norte, Estado do Paraná, com as seguintes divisas e confrontações: Pela frente com a Avenida Paraná, sendo medido 02,00 metros; de um lado com a data de terras sob n° 08, sendo medidos 34,00 metros; pelos fundos com a data de terras sob n° 12, sendo medidos 02,00 metros; e finalmente do outro lado com o remanescente da data de terras sob n° 09, sendo medidos 34,00 metros, totalizando assim uma área de 68,00 metros quadrados, sendo todas as datas de terras da mesma quadra, adquirida por escritura pública, lavrada em 26 de janeiro de 1982, nas notas do Tabelionato de Paraíso do Norte, às fls. 49 v. a 50 v. do Livro 9 e matriculada sob n° 3.337, do Registro de Imóveis da Comarca de Paraíso do Norte.

Art. 2° - A transferência de que trata o artigo anterior será precedida de avaliação dos bens referidos e do preenchimento das demais formalidades exigidas pela legislação pertinente.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 116/90

Curitiba, 11 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Curitiba, quinta, em 21.06.90

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembléia Legislativa, aos Convênios com as cópias em anexo, já celebrados por motivo de urgência, em 28 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios de RESERVA (N° 001/90), SÃO JORGE DO IVAÍ (n° 002/90), SÃO JOÃO DO TRIUNFO (n° 003/90), PRUDENTÓPOLIS (n° 005/90), BITURUNA (n° 007/90), IGUARAÇU (n° 008/90), JURANDA (009/90) e MAMBORÊ (n° 010/90), objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa Paraná Rural.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 117/90

Curitiba, 13 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos) a Maria Rodrigues da Silva, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, José Lopes da Silva.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consubstancia medida que, sob todos os aspectos é plenamente justa e oportuna, tendo em vista que assegura condições mínimas de sobrevivência a uma senhora de idade bastante avançada, com muitos problemas de saúde e que, por não possuir quaisquer recursos vem passando por muitas dificuldades.

Por outro lado, vale mencionar que a forma adotada, de valor expresso em cruzeiros é a que, no momento, melhor atende as disposições das Leis Federais n°s 7.789, de 03.07.89 e 7.843, de 18.10.89, as quais não permitem a vinculação de salário mínimo para benefícios da natureza deste que se pretende conceder. Por conflitar com as supra mencionadas leis, tiver que vetar o Projeto de Lei n° 398/89, e, agora, atendendo solicitação formulada pelo Senhor Deputado Orlando Pessuti encaminho a presente proposição.

Certo de que a medida merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conse-

Curitiba, quinta, em 21.06.90

quente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica concedida a Maria Rodrigues da Silva, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, José Lopes da Silva, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos).

Parágrafo Único - O valor de que trata o "caput" deste artigo será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimentos do funcionalismo, nos mesmos percentuais e época de vigências.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 118/90

Curitiba, 21 de junho de 1990.
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, com base no disposto no artigo 18 da Lei Estadual n° 9173 de 27 de dezembro de 1989, até o montante de Cr\$ 14.461.463.371,00 (quatorze bilhões, quatrocentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e setenta e um cruzeiros).

Esclareço que as presentes alterações são decorrentes dos seguintes parâmetros para atualização das receitas de recolhimento descentralizado:

- Atualização em 200%, do Orçamento Próprio da Fundação Teatro Guaíra - FTG;
- Incorporação de recursos provenientes de excesso de arrecadação de recursos próprios;

- Superávit Financeiro apurado nos balanços das Entidades, no exercício de 1989, e

- Remanejamento de dotações orçamentárias do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, da

Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, e da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa, reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, com base no disposto no artigo 18 da Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares aos vigentes Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, aprovados pela Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, até o valor de Cr\$ 14.461.463.371,00 (quatorze bilhões, quatrocentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, trezentos e setenta e um cruzeiros), à conta de receitas de recolhimento descentralizado, de acordo com o disposto no artigo 18 da Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990, conforme discriminação do anexo I.

Art. 2º - Servirá como abertura dos créditos referidos no artigo 1º desta lei, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado nos balanços das Entidades no exercício de 1989, da atualização em 200% do orçamento próprio da Fundação Teatro Guaíra - FTG, do excesso de arrecadação em recursos próprios e do remanejamento de dotações orçamentárias do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, da Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR e da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, conforme anexo I.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- À Diretoria Legislativa.

ANEXO I

Órgão	USOS							FONTES			
	Pessoal e Enc. Sociais	Juros e Enc. Div.	Outras Desp. Correntes	Investimentos	Inversões Financ.	O. Desp. Capital	Total	Superávit Financeiro	Fontes 200%	Excesso de Arrecadação	Remanejamento
C.P.E.	1.300.000		289.695.424	39.200.000	1.000.000	80.206.181	411.401.605			411.401.605	
FESTUR			60.000.000			60.000.000	60.000.000			60.000.000	
F. Maringá			82.319.000	25.000.000			60.000.000			60.000.000	
F. P. Grossa			3.000.000	4.000.000		1.000.000	107.319.000			107.319.000	
F.E.F. Jacarezinho			1.500.000			2.000.000	8.000.000			8.000.000	
F. Norte Pioneiro	1.300.000		41.500.000	10.000.000	1.000.000	6.000.000	3.500.000			3.500.000	
F. Oeste Paraná			1.900.000	200.000		206.181	59.800.000			59.800.000	
F.M. Belas Artes			99.476.424			11.000.000	2.306.181			2.306.181	
TECPAR							110.476.424			110.476.424	
SEAD	1.231.128.096		501.244.784	20.259.888	7.767.232		1.760.400.000			1.760.400.000	
IPE	1.231.128.096		500.844.784	20.259.888	7.767.232		1.760.000.000			1.760.000.000	
DEAM			400.000				400.000			400.000	
SEFA	47.130.724		29.693.436	40.000.000	400.000	35.000.000	152.224.160			152.224.160	
J.C.P.	47.130.724		29.693.436	40.000.000	400.000	35.000.000	152.224.160			152.224.160	
SEAB	177.850.000	36.000	228.933.001	8.000.000	632.000	38.012.000	453.463.001	10.193.001		406.343.000	36.927.000
ITCF			30.749.001				30.749.001	10.193.001			20.556.000
IAPAR			16.371.000				16.371.000				16.371.000
EMATER			96.533.000			24.000.000	120.533.000			120.533.000	
CLASPAR	177.850.000	36.000	85.280.000	8.000.000	632.000	14.012.000	285.810.000			285.810.000	
SEEC	930.000		24.209.365	2.790.000			27.929.365	2.504.452	25.110.000	314.913	
BPP			314.913				314.913			314.913	
FTG	930.000		23.894.452	2.790.000			27.614.452	2.504.452	25.110.000		
SEED			316.165				316.165			316.165	
CEP			316.165				316.165			316.165	
SEJA			74.705.000			155.000.000	229.705.000			229.705.000	
FASPAR			74.705.000			155.000.000	229.705.000			229.705.000	
SESA			23.465.000	9.976.535.000		85.041.075	10.085.041.075			10.000.000.000	85.041.075
FCMR			23.465.000	9.976.535.000		85.041.075	10.085.041.075			10.000.000.000	85.041.075
SESP				25.000.000		10.000.000	35.000.000			35.000.000	
DETRAN				25.000.000		10.000.000	35.000.000			35.000.000	
SETR	344.189.000		758.275.000	203.519.000			1.305.983.000			1.035.357.000	270.626.000
DER				52.500.000			52.500.000			52.500.000	
APPA	344.189.000		758.275.000	151.019.000			1.253.483.000			982.857.000	270.626.000
TOTAL	1.802.527.820	36.000	1.930.537.175	10.315.303.888	9.799.232	403.259.256	14.461.463.371	12.697.453	25.110.000	14.031.061.843	392.594.075



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Mensagem no. 119/90

Curitiba, 21 de junho de 1990.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados

Tenho a honra de apresentar à elevada
consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de
lei que:

- Reestima as Receitas de Recolhimento Centralizado previstos no vigente Orçamento Geral do Estado para o valor Cr\$ 135.925.576.193,00 (cento e trinta e cinco bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cento e noventa e três cruzeiros). A presente revisão é decorrente da reavaliação das receitas do Tesouro Estadual com base numa previsão inflacionária média de 9% ao mês e das reestimativas das Cotas do Fundo de Participação dos Estados segundo os níveis das transferências de março e abril do corrente ano.

- Solicita autorização para abertura de créditos suplementares para atender despesas com pessoal, outras despesas correntes e capital, até o montante de Cr\$ 28.148.786.200,00 (vinte e oito bilhões, cento e quarenta e oito milhões, setecentos e oitenta e seis mil e duzentos cruzeiros) e despesas da dívida até o montante de Cr\$ 16.088.100.000,00 (dezesseis bilhões, oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros), totalizando Cr\$ 44.236.886.200,00 (quarenta e quatro bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e duzentos cruzeiros) necessários para garantir, nas condições mínimas, a continuidade da programação dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público.

- Solicita autorização para proceder o remanejamento de recursos do Tesouro Geral do Estado alocados na Chefia do Poder Executivo - Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, até o montante de Cr\$ 48.882.110,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, cento e dez cruzeiros) para garantir a realização de projetos técnico-científicos e de cursos de especialização, de extensão universitária e de pós-graduação voltados às áreas de ensino, pesquisa e desenvolvimento econômico e social.

Do total de recursos que deverão ser suplementados, Cr\$ 942.912.234,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, novecentos e doze mil, duzentos e trinta e quatro cruzeiros) serão utilizados para atender a programação do Poder Legislativo, Cr\$ 1.885.824.468,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros) para atender a programação do Poder Judiciário e Cr\$ 41.408.149.498,00 (quarenta e um bilhões, quatrocentos e oito milhões, cento e quarenta e nove mil, quatrocentos e noventa e oito cruzeiros) para o Poder Executivo e Ministério Público.

Os valores correspondentes aos Poderes Legislativo e Judiciário foram estimados tendo como base o cálculo a seguir, de acordo com o artigo 98, parágrafo 1º, e artigo 138 da Constituição Estadual:

Receita Total Reestimada	= Cr\$ 135.925.576.193
(-) Transferências da União	= Cr\$ 16.464.064.920
(-) Operações de Crédito	= Cr\$ 20.388.628.469
SALDO	= Cr\$ 99.072.882.804

PODER LEGISLATIVO

3%	= Cr\$	2.972.186.484
(-) Lei no. 9.173 de 27/12/89	= Cr\$	672.417.236
(-) Lei no. 9.279 de 29/05/90	= Cr\$	1.356.857.014
SALDO A SUPLEMENTAR	= Cr\$	942.912.234

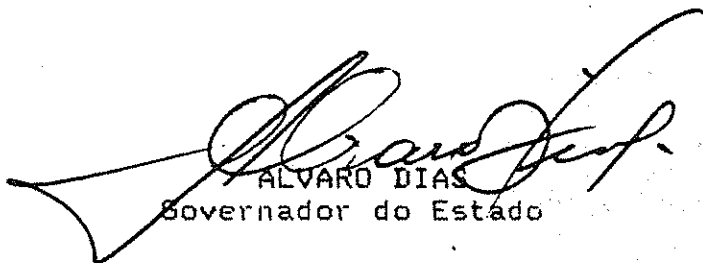
PODER JUDICIARIO

6%	= Cr\$	5.944.372.968
(-) Lei no. 9.173 de 27/12/89	= Cr\$	1.329.348.787
(-) Lei no. 9.279 de 29/05/90	= Cr\$	2.729.199.713
SALDO A SUPLEMENTAR	= Cr\$	1.885.824.468

O quadro a seguir demonstra a utilização global dos recursos solicitados:

ESPECIE	VALOR - Cr\$ 1,00
Pessoal (Executivo + Ministério Público)	11.672.749.498
Outras Despesas Correntes (Executivo)	8.406.900.000
Despesas de Capital (Executivo)	5.240.400.000
Serviços da Dívida	16.088.100.000
SUB-TOTAL	41.408.149.498
Outros Poderes	2.828.736.702
TOTAL	44.236.886.200

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.


ALVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a reestimar as Receitas de Recolhimento Centralizado, a abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, inclusive transferências de recursos às entidades vinculadas da administração indireta e a proceder o remanejamento de recursos orçamentários da Chefia do Poder Executivo, com base no disposto no artigo 18 da Lei Estadual no. 9.173 de 27 de dezembro de 1989,

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 10. - As Receitas de Recolhimento Centralizado previstas na Lei Estadual no. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, ficam reestimadas para Cr\$ 135.925.576.193,00 (cento e trinta e cinco bilhões, novecentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e setenta e seis mil, cento e noventa e três cruzeiros), conforme quadro em anexo e, serão utilizadas para a cobertura dos créditos referidos no artigo 20. desta lei.

Art. 20. - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares aos orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, aprovados pela Lei Estadual no. 9.173 de 27 de dezembro de 1989, até o montante de Cr\$ 44.236.886.200,00 (quarenta e quatro bilhões, duzentos e trinta e seis milhões, oitocentos e oitenta e seis mil e duzentos cruzeiros), sendo Cr\$ 28.148.786.200,00 (vinte e oito bilhões, cento e quarenta e oito milhões, setecentos e oitenta e seis mil e duzentos cruzeiros) para atender despesas com pessoal, outras despesas correntes e capital dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e Cr\$ 16.088.100.000,00 (dezesseis bilhões, oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros) para atender serviços da dívida.

Parágrafo 10. - Os Poderes Legislativo e Judiciário serão suplementados até os valores de Cr\$ 942.912.234,00 (novecentos e quarenta e dois milhões, novecentos e doze mil, duzentos e trinta e quatro cruzeiros) e Cr\$ 1.885.824.468,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros), respectivamente, de acordo com a nova composição das Receitas de Recolhimento Centralizado, conforme preceitos da Constituição do Estado do Paraná, nos seus artigos 98, parágrafo 10., e 138. Tais recursos serão destinados a atender despesas correntes e de capital.

Parágrafo 20. - O Poder Executivo e o Ministério Público serão suplementados até o valor de Cr\$ 11.672.749.498,00 (onze bilhões, seiscentos e setenta e dois milhões, setecentos e quarenta e nove mil,



quatrocentos e noventa e oito cruzeiros) para atender despesas de pessoal e encargos sociais.

Parágrafo 3o. - O Poder Executivo será suplementado com recursos até o montante de Cr\$ 29.735.400.000,00 (vinte e nove bilhões, setecentos e trinta e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros) sendo Cr\$ 13.647.300.000,00 (treze bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros) para atender outras despesas correntes e de capital e Cr\$ 16.088.100.000,00 (dezesseis bilhões, oitenta e oito milhões e cem mil cruzeiros) para atender despesas do serviço da dívida, conforme detalhamento a seguir, ficando autorizado os procedimentos para as centralizações previstas na Lei Estadual no. 8.485 de 03 de junho de 1987 em seus artigos 63, 64 e 65.

Cr\$ 1,00				
Ó R G Ã O	U. DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	SERVIÇOS DA DÍVIDA	TOTAL
Chefia do Poder Executivo	61.900.000	(1)90.400.000	8.100.000	160.400.000
Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral	10.000.000	-	-	10.000.000
Secretaria de Estado da Comunicação Social	800.000.000	-	-	800.000.000
Secretaria de Estado da Administração	200.000.000	-	-	200.000.000
Secretaria de Estado da Fazenda	360.000.000	350.000.000	-	710.000.000
Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA	400.000.000	-	13.555.000.000	13.955.000.000
Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento	300.000.000	200.000.000	-	500.000.000
Secretaria de Estado da Cultura	195.000.000	-	-	195.000.000
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio-Ambiente	30.000.000	-	-	30.000.000
Secretaria de Estado da Educação	12.300.000.000	1.600.000.000	25.000.000	3.925.000.000
Secretaria de Estado da Saúde	11.000.000.000	-	-	1.000.000.000
Secretaria de Estado da Segurança Pública	550.000.000	-	-	550.000.000
Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social	700.000.000	-	-	700.000.000
Secretaria de Estado dos Transportes	11.500.000.000	13.000.000.000	2.500.000.000	7.000.000.000
T O T A L	18.406.900.000	15.240.400.000	16.088.100.000	29.735.400.000

OBSERVAÇÕES: (1) Desse valor, Cr\$ 40.400.000,00 (quarenta milhões e quatrocentos mil cruzeiros), refere-se ao Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social.

Parágrafo 4o. - Do valor de capital da Chefia do Poder Executivo, Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) serão destinados à Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR para integralização de capital na Companhia Foz do Iguaçu de Turismo - COMFOZTUR e Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) serão destinados à integralização de capital no Centro de Convenções de Curitiba S.A.

Parágrafo 5o. - Do valor de capital a ser suplementado na Secretaria de Estado da Educação Cr\$ 253.800.000,00 (duzentos e cinquenta e três milhões e oitocentos mil cruzeiros) serão destinados para obras em andamento, Cr\$ 1.022.200.000,00 (um bilhão, vinte e dois milhões e duzentos mil cruzeiros) para a construção de 690 salas de aula e Cr\$ 324.000.000,00 (trezentos e vinte e quatro milhões de cruzeiros) para outras obras de reparos, adaptações e conservação da rede pública de ensino.

Art. 3o. - Servirá como fonte de recursos para cobertura do crédito referido no artigo 2o. desta lei, a reestimativa das Receitas de Recolhimento Centralizado referida no artigo 1o. desta lei e os saldos existentes na Lei Estadual no. 9.173 de 27 de dezembro de 1989 e na Lei Estadual no. 9.217 de 27 de março de 1990, conforme valores a seguir:

Reestimativa da Receita de Recolhimento	
Centralizado	= Cr\$ 39.936.886.200,00
Saldo da Lei Estadual no. 9.173 de 27	
de dezembro de 1989	= Cr\$ 2.300.000.000,00
Saldo da Lei Estadual no. 9.217 de 27	
de março de 1990	= Cr\$ 2.000.000.000,00

Art. 4o. - Fica também o Poder Executivo autorizado a proceder o remanejamento de recursos orçamentários alocados na Chefia do Poder Executivo - Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, no montante de Cr\$ 48.882.110,00 (quarenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, cento e dez cruzeiros) destinados a realização de projetos técnico-científicos e de cursos de especialização, de extensão universitária e de pós-graduação voltados às áreas de ensino, pesquisa e desenvolvimento econômico e social através das Universidades e Faculdades Estaduais e do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR.

Art. 5o. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em de de 1990.



RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO - 1990

C-1 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	1a. REESTIMATI-	2a. REESTIMA-	ACRÉSCIMO
		VA LEI 9.217 27.03.90	ATIVA/ANTEPRO- JETO DE LEI	PRETENDIDO
11000.00.00	RECEITAS CORRENTES	174.895.531.984	114.832.418.184	39.934.886.200
11100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	163.803.461.644	125.232.849.444	31.420.407.800
11110.00.00	IMPOSTOS	63.160.696.810	94.591.094.610	31.420.407.800
11112.00.00	IMPOSTO SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	2.235.791.610	2.935.791.610	700.000.000
11112.04.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA E ADICIONAL	1.247.941.890	1.947.941.890	700.000.000
11112.05.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	743.535.000	743.535.000	
11112.07.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÕES DE BENS E DIREITOS	244.314.720	244.314.720	
11112.08.00	IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	60.924.895.200	91.655.303.000	30.730.407.800
11113.00.00	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADO- RIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERSTA- TUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO	60.924.895.200	91.655.303.000	30.730.407.800
11120.00.00	TAXAS	642.774.834	642.774.834	
11121.00.00	TAXA PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	606.425.040	606.425.040	
11121.01.00	TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ATOS DO DETRAN	374.289.240	374.289.240	
11121.02.00	TAXA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ATOS DA POLÍCIA CIVIL	174.096.000	174.096.000	
11121.03.00	TAXA DE VALORIZAÇÃO AGRÁRIA	7.800	7.800	
11121.04.00	TAXA DE SAQUE PÚBLICA	58.032.000	58.032.000	
11122.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	36.349.794	36.349.794	
11122.01.00	TAXA DE DEMARCAÇÃO DE TERRAS	7.254	7.254	
11122.02.00	TAXA JUDICIÁRIA	36.270.000	36.270.000	
11122.03.00	TAXA DE EXPEDIENTE	72.540	72.540	
11300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.822.822.151	1.822.822.151	
11310.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.071	10.071	
11311.00.00	ALUGUEIS	10.071	10.071	
11320.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	388.125.270	388.125.270	
11321.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	36.270	36.270	
11322.00.00	DIVIDENDOS	388.089.000	388.089.000	
11322.02.00	OUTRAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA	388.089.000	388.089.000	
11390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1.490.697.000	1.490.697.000	
11392.00.00	JUROS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS AOS MUNICÍPIOS	134.199.000	134.199.000	
11392.01.00	JUROS DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS AOS MUNICÍPIOS - PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL - PRAM	134.199.000	134.199.000	
11393.00.00	PRODUTO DE OUTRAS OPERAÇÕES	1.356.498.000	1.356.498.000	
11393.01.00	PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL - PRAM	50.778.000	50.778.000	
11393.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES	1.305.720.000	1.305.720.000	
11400.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	1.069.949	1.069.949	
11410.00.00	RECEITA DE PRODUÇÃO VEGETAL	569.439	569.439	
11411.00.00	COORDENAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - COOSIPE	569.439	569.439	
11420.00.00	RECEITA DE PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS	471.510	471.510	
11421.00.00	COORDENAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - COOSIPE	471.510	471.510	
11500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	2.756.520	2.756.520	
11520.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	2.756.520	2.756.520	

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	1a. REESTIMATI- VA LEI 9.217 27.03.90	2a. REESTIMA- TIVA/ANTEPRO- JETO DE LEI	ACRÉSCIMO PRETENDID
11520.20.00	INDÚSTRIAS DIVERSAS	2.756.520	2.756.520	
11520.20.01	COORDENAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO - COOSIPE	2.756.520	2.756.520	
11600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	869.700	869.700	
11600.17.00	SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	869.700	869.700	
11600.17.01	FUNDO DE EQUIPAMENTO AGROPECUÁRIO - FEAP	869.700	869.700	
11700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.340.996.520	15.847.474.920	8.506.478
11700.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.340.996.520	15.847.474.920	8.506.478
11721.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	7.340.996.520	15.847.474.920	8.506.478
11721.01.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	5.170.011.600	13.676.490.000	8.506.478
11721.01.01	QUOTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DIS- TRITO FEDERAL	4.009.371.600	10.415.850.000	6.406.479
11721.01.04	TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO S/A RENDA RETIDO NAS FONTES	1.160.640.000	3.260.640.000	2.100.000
11721.09.00	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	393.900.000	393.900.000	
11721.09.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.777.094.920	1.777.094.920	
11900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.847.572.500	1.847.572.500	
11910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	817.194.300	817.194.300	
11911.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS IMPOSTOS	545.532.000	545.532.000	
11911.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MER- CADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE IN- TERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO	487.500.000	487.500.000	
11911.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	58.032.000	58.032.000	
11919.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS	271.662.300	271.662.300	
11919.01.00	MULTAS POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO - FUNRESTRAN	261.144.000	261.144.000	
11919.02.00	MULTAS POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO SANITÁRIO - FUNDECAN	725.400	725.400	
11919.04.00	MULTAS POR INFRAÇÃO A LEI DE EXECUÇÕES PENAS - COOSIPE	725.400	725.400	
11919.99.00	OUTRAS MULTAS	9.067.500	9.067.500	
11920.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	34.819.200	34.819.200	
11921.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	34.819.200	34.819.200	
11990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.015.560.000	1.015.560.000	
11990.09.00	OUTRAS RECEITAS	1.015.560.000	1.015.560.000	
12000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	21.093.158.009	21.093.158.009	
12100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	20.389.629.462	20.389.629.462	
12110.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	18.295.955.423	18.295.955.423	
12111.00.00	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO ESTADUAL	446.762.397	3.864.474.450	3.417.712.053
12119.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	17.849.193.026	14.431.480.973	3.417.712.053
12119.01.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - NÃO VINCULADAS	14.392.009.170	10.974.297.117	3.417.712.053
12119.02.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - VINCULADAS	3.457.183.856	3.457.183.856	
12120.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2.092.673.946	2.092.673.946	
12129.00.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	2.092.673.946	2.092.673.946	
12129.01.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - NÃO VINCULADAS	30.000	30.000	
12129.02.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - VINCULADAS	2.092.643.946	2.092.643.946	
12200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	111.540	111.540	
12220.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	111.540	111.540	
12229.00.00	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	111.540	111.540	

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	1a. REESTIMATI-	2a. REESTIMA-	ACRESCIMO
		VA LEI 9.217 27.03.90	TIVA/ANTEPRO- JETO DE LEI	PRETENDIDO
12229.01.00	12229.01.00 VENDA E LEGITIMAÇÃO DE TERRAS	39.000	39.000	
12229.02.00	12229.02.00 VENDA DE BENS IMÓVEIS	72.540	72.540	
12300.00.00	12300.00.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	87.828.000	87.828.000	
12320.00.00	12320.00.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A MUNICÍPIOS	87.438.000	87.438.000	
12321.00.00	12321.00.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A MUNICÍPIOS - PRO- GRAMAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	87.438.000	87.438.000	
12321.01.00	12321.01.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A MUNICÍPIOS - PRO- GRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL - PRAM	87.048.000	87.048.000	
12321.02.00	12321.02.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A MUNICÍPIOS - PRO- GRAMA DE PRIORIDADES SOCIAIS - PPS	390.000	390.000	
12330.00.00	12330.00.00 AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A OUTRAS ENTIDADES	390.000	390.000	
12400.00.00	12400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	616.590.000	616.590.000	
12420.00.00	12420.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	616.590.000	616.590.000	
12421.00.00	12421.00.00 TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	616.590.000	616.590.000	
12421.01.00	12421.01.00 PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	616.590.000	616.590.000	
12421.01.17	12421.01.17 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	616.590.000	616.590.000	
T O T A L		95.988.689.993	135.925.576.193	39.936.886.200

Ofícios:

Sob o n° DTL/143/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 039/90, em razão de motivos expostos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/145/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 398/89, em razão de motivos expostos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/147/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 026/90, em razão de motivos expostos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n° DTL/149/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n° 132/90 em razão de motivos expostos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n.ºs DTL/SAT/146, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155 e 156/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os seguintes Projetos de Lei:

270/89: De autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que cria o Município de ANAHY, desmembrado do Município de Corbélia e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.292.

Anote-se. Arquite-se.

282/90: De autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que autoriza o Poder Executivo a permutar a área de terreno que especifica e a fazer doação do imóvel à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo a Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.294.

Anote-se. Arquite-se.

043/90: De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que denomina "PREFEITO ATÍLIO CHAVES DA SILVA" a Rodovia PR-471, do entroncamento com a PR-180 - na localidade de Vista Alegre, ao entroncamento com a PR-281 - no Município de Salto do Lontra, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.296.

Anote-se. Arquite-se.

163/90: De autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que declara de utilidade pública a Fundação de Incentivo ao Esporte Amador de Cornélio Procópio - FUNINCOP, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.297.

Anote-se. Arquite-se.

264/89: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que autoriza o Poder Executivo a doar os lotes que especifica ao Município de Formosa do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.298.

Anote-se. Arquite-se.

267/90: De autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria o Município de Pato Bragado, desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.299.

Anote-se. Arquite-se.

284/90: De autoria dos Deputados JOÃO ARRUDA e CAÍTO QUINTANA, que criam o Município de Flor da Serra, desmembrado dos Municípios de Salgado Filho, Barracão e Marmeleiro e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.300.

Anote-se. Arquite-se.

401/89: De autoria do Deputado WERNER WANDERER, que cria o Município de Entre Rios do Oeste, com território desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.301.

Anote-se. Arquite-se.

035/90: De autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que cria o Município de Guaraituba, desmembrado do Município de Colombo e com as divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.302.

Anote-se. Arquite-se.

OFÍCIO N° 1306/90/GS

Curitiba, 11 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação de Vossa Senhoria, constante no ofício n° 5634/90/DA/CEA/SC, encaminhado através do presente cópias das Tomadas de Preços n°s 19/90 e 22/90 realizadas nesta Secretaria/Fundação Caetano Munhoz da Rocha, as quais foram requeridas pelos Senhores Deputados HAROLDO FERREIRA e NEREU CARLOS MASSIGNAN.

Na oportunidade renovo a Vossa Senhoria os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente.

(a) Dr. MANOEL ALMEIDA NETO
Secretário de Estado da Saúde

Ilustríssimo Senhor
Deputado TADEU LÚCIO MACHADO
MD. Primeiro Secretário da
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/CAPITAL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1.691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de votação para o Projeto de Lei n° 392/90, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO N° 1.695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1.692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciação de parecer a Proposição n° 054/90, na Sessão Plenária do dia 25 do corrente às 14:30 horas, de autoria do Poder Executivo, que fica ratificado o convênio de Cooperação, celebrado em 30.03.90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração do Paraná, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1.680

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Ilustríssimo Senhor LEÔNIO REZENDE VIEIRA NETO, Mui Digno Presidente da TELEPAR, solicitando as determinações daquela Administração, a fim de que autorize a instalação de um terminal telefônico público (Posto Telefônico) na localidade de CHAPADA, no Município de Ivaí, objetivando atender apelo contido em abaixo-assinado, subscrito por 210 moradores daquela localidade, pelo qual visam sensibilizar àquela autoridade para a premente necessidade de dotar Chapada desse imprescindível serviço, principalmente em situações emergenciais, onde um meio de comunicação mais rápido é de substancial importância, podendo evitar transtornos maiores.

Por outro lado, a população moradora da mencionada localidade é constituída em

sua maioria de famílias de baixa renda, cujos recursos seriam insuficientes para aquisição de um telefone particular, daí os constantes reclames.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1.685

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Ilustre Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS e a Senhora Secretária de Estado da Educação, Ilustre Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando a implantação do ensino de 2° Grau, bem como a ampliação das salas de aula no estabelecimento de ensino José de Anchieta, no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

REQUERIMENTO N° 1.684

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Ilustre Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, e ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Ilustre Senhor Dr. MANOEL ALMEIDA NETO, solicitando a construção de um Hospital, no Distrito de Santa Maria, Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

A proposição se faz objetivando atender às necessidades da comunidade na área da saúde, pois já existem aparelhos hospitalares que são usados em locais precários, para casos de urgência.

REQUERIMENTO N° 1.683

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Ilustre Senhor ÁLVARO FERNANDES DIAS, e ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, Ilustre Senhor CARLOS ANTÔNIO DE ALMEIDA FERREIRA, solicitando a instalação de um Posto de Serviços para atender o Distrito de Santa Maria, no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

A proposição que se faz, objetiva amenizar justamente as dificuldades da comu-

nidade daquela localidade, que diariamente necessita de serviços bancários e tem que se deslocar até a sede do município para efetuar desde pequenos pagamentos até recebimento de folha de pagamento.

Um Distrito que grande parte de sua população são agricultores, tem condições de movimentar e manter um posto bancário.

REQUERIMENTO N° 1.693

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais NELSON VASCONCELLOS e RUBENS BUENO, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores ALEXANDRE CERANTO, Digníssimo Prefeito Municipal e APARECIDO ARAGÃO FILHO, Digníssimo Vereador Presidente da Câmara Municipal, bem como aos demais Vereadores, por ocasião do 35° Aniversário do Município de Umuarama - PR.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Umuarama, nos seus 35 anos de emancipação, tornou-se um dos mais pujantes municípios de nosso Estado, em razão do trabalho extraordinário executado pelos seus administradores e legisladores, e também pela enorme colaboração da sua população, conseguindo assim engrandecer o alto conceito perante o nosso Estado em relação ao seu progresso econômico e financeiro, destacando-se entre as cidades que alcançaram elevados índices em arrecadação em favor de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 1.690

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja encaminhado expediente ao Presidente Fernando Collor de Mello, ao Presidente da PETROBRÁS, ao Ministro da Infra-Estrutura Ozires Silva, à Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, aos Líderes dos Partidos com representação no Congresso Nacional, solicitando a manutenção pelo Governo Federal da Usina de Xisto de São Mateus do Sul, no Paraná, ameaçada pela reforma administrativa do Governo Federal, dada a importância desta Usina para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, e aos prejuízos irreparáveis que causaria à economia paranaense; e Requer ainda seja dada ciência do presente à CUT-PR, à CGT-PR, e ao Sindicato dos Petroleiros do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) PEDRO TONELLI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 076/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica aprovada a instauração de processo pela Assembléia Legislativa para julgamento do Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Fernandes Dias, pelo cometimento do crime de responsabilidade previsto no artigo 88, VII da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89 da mesma Carta.

Parágrafo Único - O processo de julgamento deverá ser instaurado dentro de 05 (cinco) dias após a aprovação desta resolução.

Art. 2° - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 ao reiterar como crime de responsabilidade do Presidente da República o descumprimento de lei ou decisão judicial - art. 85, VII, e a Constituição do Estado do Paraná ao adotar, por simetria, o mesmo crime para o Governador do Estado, assim o fizeram em estrito respeito ao princípio constitucional da independência e harmonia entre os Poderes, previsto em ambas as Cartas - CF art. 2° e CE art. 7°.

No Sistema Federativo e no Estado Democrático de Direito, ambos enunciados no artigo 1° da Constituição Federal e proclamados e assegurados também no art. 1° da Constituição do Estado do Paraná, as prerrogativas e competências de cada um dos Poderes de qualquer das Unidades da Federação devem estar expressamente escritas nas suas respectivas cartas básicas.

No caso do Estado do Paraná a Constituição do Estado regulamenta este particular de forma cristalina e exaustivamente, não permitindo sequer a arguição de lacunas ou obscuridade.

Seguindo o princípio da simetria, adotado na elaboração e interpretação constitucionais, os constituintes paranaenses de 1989 reiteraram como sendo crime de responsabilidade, possível de suspensão do cargo, o descumprimento de lei pelo Governador do Estado, assim estabelecendo:

"Art. 88 - São crimes de responsabilidade os atos do Governador que atentarem contra a Constituição Federal, a Constituição do Estado e, especialmente:

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais."

"Art. 89 - Admitida a acusação contra o Governador do Estado, por dois terços dos membros da Assembléia Legislativa, será ele submetido a julgamento perante o

Superior Tribunal de Justiça, nas infrações comuns, ou perante a própria Assembléia Legislativa nos crimes de responsabilidade.

§ 1º - O Governador ficará suspenso de suas funções:

II - nos crimes de responsabilidade, após a instauração de processo pela Assembléia Legislativa."

Exaustivamente divulgados pelos meios de comunicação social, dois fatos gravíssimos acontecem no Estado do Paraná, tendo como personagem principal o Chefe do Poder Executivo:

- Em primeiro lugar a greve dos professores deflagrada há mais de noventa dias. O Governador Álvaro Dias, em prejuízo de toda a população paranaense, permanece irredutível e não apresenta qualquer contraproposta decente para resolver o impasse. Ao contrário, em atitude ditatorial, como é do seu feitio, ameaça e pune lideranças e usa a política para reprimir manifestações legítimas e democráticas.

Em segundo lugar a afronta ao Poder Legislativo, descumprindo lei regularmente votada e promulgada por este poder. Recentemente a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa promulgou a Lei Estadual que garantiu o pagamento do IPC-Índice de Preços ao Consumidor integral nos reajustes salariais dos servidores civis e militares do Estado do Paraná, bem como estabeleceu um piso salarial para os professores estaduais. Como esta promulgação resultou da rejeição do veto governamental aposto ao projeto original, o Executivo não pode, como não pode em qualquer circunstância semelhante, deixar de cumprir o referido preceito legal, sem incorrer na prática de crime de responsabilidade. Sequer o fato de ter recorrido ao Poder Judiciário, pleiteando a declaração de inconstitucionalidade da norma em discussão, lhe autoriza a deixar de cumpri-la.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 358/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica revogado o art. 11 da Lei Complementar nº 27, de 08 de janeiro de 1986.

Art. 2º - O § 1º do art. 12, da Lei supramencionada passa a vigor a seguinte redação:

"Art. 12 -

§ 1º - Considera-se favorável o plebiscito, se aprovado pela maioria simples dos votantes, em manifestação a que se tenha apresentado a maioria absoluta do eleitorado da área interessada."

Art. 3º - Esta lei complementar entra-

rará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEXO

JUSTIFICATIVA:

Estamos reapresentando o presente plano de lei, devidamente adequado à prescrição da Constituição Estadual, no que diz respeito ao número de eleitores necessários para a aprovação da transferência, via plebiscitária.

Fica evidente, por abstração de toda a doutrina constitucional, que soberania é o ilimitado exercício do poder, estendendo-se como a capacidade de agir, de produzir efeitos, de alterar condutas em que o homem é sujeito e objeto.

Soberano é quem não tem acima de si outro poder e segundo o princípio inscrito no par. único do art. 1º da Constituição do Brasil, somente o povo brasileiro é soberano, em um regime democrático, expressando tal poder em sua suprema manifestação de vontade, a própria Constituição.

Intrínseco à soberania popular de um estado democrático, é o princípio da cidadania, calcado no inciso II do citado artigo. Quer em seu sentido amplo, a significar o conjunto de direitos e deveres que regem e definem a situação dos habitantes de um determinado território, quer em seu sentido estrito que refere-se ao poder jurídico do indivíduo de participar do governo, a cidadania tornou-se um dos fundamentos da república, o que implica necessariamente em que nenhum organismo ou agente público possa decidir ou atuar de maneira a negar tais direitos.

Basicamente, o exercício da cidadania, enquanto condição afeta a parcela de uma dada população, objetiva o bem-estar comum, ou seja, a reunião de condições suficientes a que os membros de uma comunidade alcancem um nível de vida digno de seres humanos e a consecução de tal objetivo deve ser a tarefa do Estado; este deve contribuir e não obstacularizar o bem-estar.

Mais adiante, ao tratar da organização político administrativa, a Constituição Federal, no art. 18, incorpora os princípios enunciados no seu art. 1º e no § 4º, do referido artigo ao tratar do fato "criação, incorporação, fusão e desmembramento", aplicando-se à esfera municipal, segue a normatização utilizada no § 3º, acrescentando, então determinados termos, como que escolhidos pelo legislador constituinte para defesa do ideal municipalista sem perder de vista o bem-estar da população da "célula - mater", tais como: continuidade e unidade histórico - cultural do ambiente urbano, procedimento através de lei estadual obediência a requisitos previstos em lei complementar estadual e, finalmente, consulta prévia plebiscitá-

ria às populações diretamente interessadas.

Interessa-nos mais de perto a análise dos dois últimos termos, a ser feita após a resposta sobre a natureza da eficácia da aplicabilidade da própria norma contida no § 4º. Determinadas regras interpretativas, entre outras, indicam tal resposta:

1) as normas constitucionais são imperativas e de ordem pública;

2) as normas jurídicas infraconstitucionais têm caráter instrumental para a realização dos fins de Constituição. A primeira regra indica que, não se deve limitar o texto constitucional, na conformidade do ensinamento de Pontes de Miranda (1974, tomo I, p. 302):

"Na interpretação das regras jurídicas gerais da Constituição deve-se procurar de antemão, saber qual o interesse que o texto tem por fim proteger. É o fato mais rijo, mais sólido: é o conceito central, em que se há de apoiar a investigação exegética. Com isso, não se prescreve a exploração lógica. Só se tem de adotar critério de interpretação restritiva quando haja, na própria regra jurídica ou noutra de interesse que passe à frente.

Por isso, é erro dizer-se que as regras jurídicas constitucionais se interpretam sempre com restrições", e finda com a assertiva de que "a restrição é portanto, excepcional".

A segunda indica a preponderância do conteúdo finalista; não se interpreta a norma pelo método gramatical, mas atendendo aos fins e interesses que a Constituição coloca como objetivo, selecionados para o efeito de especial proteção jurídica.

Do exame sistemático e axiológico do texto, verifica-se a relevância dada à aplicabilidade imediata e eficácia das normas, denotada pela obsessão do legislador em evitar disposições que exigissem complementação infraconstitucional e abuso de expressões proclamadoras de direitos e garantias.

Dai a dedução do caráter de aplicabilidade imediata e de eficácia limitada definidora de princípio institutivo, atribuível ao § 4º. É inquestionável que a inexistência da lei complementar estadual editada em obediência ao mandamento constitucional, não tolhe a aplicabilidade da norma. O assentimento a tal circunstância seria o reconhecimento de que existiria uma desconformidade entre a norma e a dinâmica político-social e, para suprir eventual lacuna, existe o princípio da recepção, a ser aplicado a toda a ordem jurídica, que passa a encontrar abrigo e fundamentação na Constituição, no que não lhe for contrária.

Mesmo havendo a possibilidade de auto-regulamentação por parte dos municípios,

que legislam amplamente sobre assuntos de interesse local, é evidente que tal competência não estende-se a interesse que digam respeito a mais de um Município, a mais de uma localidade.

Por isso a determinação da edição de lei complementar estadual que estabeleça normas gerais sobre as mudanças político-administrativas. No Estado do Paraná, mesmo obedecendo a princípios legislativos federais, tais matérias eram reguladas pela Lei Complementar nº 27, derogada parcialmente pela promulgação das Leis Orgânicas Municipais no que diz respeito aos assuntos de competência individual e local, mas mantida no que se refere a assuntos plurivalentes.

Mais particularmente, o Capítulo III da Lei Complementar nº 27, define os requisitos formais e materiais a serem seguidos na transferência de território municipal, ao qual se aplicam as modificações propostas.

Ocorre que o art. II elide frontalmente o princípio de soberania popular e do pleno exercício da cidadania na medida em que, determinando a manifestação das Câmaras Municipais dos Municípios que sofrem diminuição de seus territórios, restringe o exercício soberano da cidadania, que é determinado pela expressão "consulta prévia, mediante plebiscito" do § 4º da Constituição Federal. Ressalta o termo "prévia" empregado e que, interpretado literalmente, significa antecipação ao ato de transferência.

Ora, consulta plebiscitária prévia, mediante a qual se forma a opinião dos municípios, pode eventualmente ser contrariada pela manifestação da Câmara Municipal, com o que se estaria negando eficácia aos já referidos princípios constitucionais, fato inconcebível.

Ademais, é forçoso convir que a Legislação anterior à Constituição de 1988 estava carregada de conotações totalitárias, nas quais se pretendia impedir a pretensa dissolução das instituições estatais com o poder absoluto e arbitrário, no qual o povo, atribuidor e destinatário do poder, estava afastado da esfera de decisão sobre seu próprio destino e sobre seus interesses maiores. Esta tendência foi abolida na atual conjuntura e, se longe estamos de atingir o ideal, nada impede que se tome o caminho certo, o que é pretensão do presente projeto de lei, para o qual conclamamos a aprovação dos nobres Pares.

É A JUSTIFICATIVA.

PROJETO DE LEI Nº 359/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de

GONÇALVES JÚNIOR, desmembrado do Município de Irati, "ad referendum" do plebiscito a ser realizado, com as divisas a seguir descritas:

1 - Com o Município de Guamirim: Começa na confluência do Rio Mato Queimado com o Rio da Campina, sobe por este até a linha de alta tensão de energia elétrica da COPEL. Segue por esta até o ponto de intersecção da encosta da Serra da Esperança.

2 - Com o Município de Inácio Martins: Começa na Serra da Esperança no ponto de intersecção da linha da alta tensão de energia elétrica da COPEL com a encosta, segue por esta até defrontar com a cabeceira principal do Rio dos Patos.

3 - Com o Município de Prudentópolis: Começa na Serra da Esperança, na encosta (ou cumiada), defronte à cabeceira principal do Rio dos Patos, segue por esta até alcançar a cabeceira do Rio dos Patos, desce por este até a foz do Rio Riozinho, deste ponto segue por uma linha reta e seca até a confluência do Rio Ponte Alta com o Rio da Guabiroba, sobe por este até a foz do Rio dos Coxos, sobe por este até a sua cabeceira mais alta no Cerro da Nha Cota.

4 - Com o Município de Imbituva: Começa no Cerro da Nha Cota, por uma linha reta e seca (que inicia-se na cabeceira mais alta do Rio dos Coxos), segue por esta até a Rodovia BR-277 (como ponto de referência, esta linha vai à foz do Rio do Tigre e do Rio Caratuva).

5 - Com o Município de Irati: Começa no ponto de intersecção de uma linha reta e seca com a Rodovia BR-277, segue por esta até a Estrada Gonçalves Júnior à Rodovia BR-277, segue por esta até a Estrada Gonçalves Júnior a Irati, segue por esta até a linha de energia elétrica da COPEL, segue por esta até a Estrada Gonçalves Júnior à Linha Velha, segue por esta até a Estrada para Linha Velha, segue por esta até o Rio Mato Queimado, desce por este até a foz do Rio da Campina".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste plano de lei prende-se ao interesse de toda a comunidade local, no tocante ao seu autodesenvolvimento, com as consequências que lhe são inerentes.

Segue, também, a filosofia de que a maior desconcentração administrativa implica em um melhor atendimento às expectativas populares, o que vem a se traduzir no eficaz exercício do mandato parlamentar.

Curitiba, quinta, em 21.06.90

Em assim sendo, levamos à apreciação desta Augusta Assembléia, mais uma proposição, à qual encarecemos o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 360/90 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e juventude, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela política do menor e composto dos seguintes membros:

- I - 01 (um) representante da Secretaria de Estado responsável pela política do menor;
- II - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Educação;
- III - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Saúde;
- IV - 01 (um) representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- V - 01 (um) representante do Ministério Público;
- VI - 01 (um) representante do Poder Judiciário;
- VII - 01 (um) representante da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e adolescência;
- VIII - 01 (um) representante da Legião Brasileira de Assistência;
- IX - 01 (um) representante das Universidades Públicas do Estado do Paraná;
- X - 01 (um) representante da Associação dos Municípios do Paraná;
- XI - 10 (dez) representantes de organizações populares de defesa ou atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 01 (um) ano.

Art. 2º - São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:

I - formular a política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos arts. 203, 204 e 227 da Constituição Federal e 165 e 216 da Constituição Estadual;

II - acompanhar e avaliar a proposta orçamentária do governo do Estado, indicando ao Secretário de Estado competente as modificações necessárias à consecução da política formulada;

III - estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos;

IV - homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares;

V - avocar, quando entender necessá-

rio, o controle das ações de execução da política do menor em todos os níveis;

VI - propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

VII - oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das crianças e adolescentes;

VIII - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da infância e juventude;

IX - promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;

X - emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

XI - aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento interno, o cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes e que pretendam integrar o Conselho;

XII - incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e Adolescente.

Art. 3º - As organizações da sociedade civil interessadas em participar do Conselho, se habilitarão entre os dias 01 e 30 de setembro dos anos pares, perante a Secretaria de Estado competente, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos 01 (um) ano, bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - A seleção das entidades habilitadas, será definida no Regimento Interno.

§ 2º - A Secretaria de Estado responsável pela política do menor encaminhará ao Governador do Estado, no terceiro dia útil do mês de outubro, a relação das entidades que integrarão o Conselho e o nome dos conselheiros representantes e suplentes por elas indicados, devendo a nomeação ser efetuado no prazo de 10 (dez) dias, sob crime de responsabilidade.

§ 3º - Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de 02 (dois) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por deliberação de 2/3 (dois terços) dos componentes do Conselho.

§ 4º - Os conselheiros representantes das entidades populares não poderão ser reconduzidos, exceto na hipótese de não haver outra entidade interessada em participar do Conselho.

Art. 4º - Os representantes do Minis-

tério Público, do Poder Judiciário, da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, da Legião Brasileira de Assistência, das Universidades Públicas do Paraná e da Associação dos Municípios do Paraná, assim como seus suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado, para mandato de 02 (dois) anos e permitida 01 (uma) recondução, após indicação pela respectiva instituição e observados os prazos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 5º - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos estaduais, cuja participação no Conselho não poderá exceder 04 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 6º - O Secretário de Estado responsável pela política do Menor, membro nato do Conselho, será seu Presidente e ficará encarregado de fornecer apoio técnico, material e administrativo para o funcionamento do colegiado.

Art. 7º - O desempenho da função de membro do Conselho será considerado como serviço relevante prestado ao Estado do Paraná, e não terá qualquer tipo de remuneração.

Art. 8º - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente dispostas pelo seu regimento interno.

Art. 9º - O Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente deverá ser instalado em outubro de 1990, incumbindo à Secretaria de Estado responsável pela política do Menor adotar as providências necessárias para tanto.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Estadual n. 1.232, de 31 de agosto de 1987, que instituiu a Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

A criação do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme previsão do art. 216, parágrafo único da Carta Estadual, objetiva atender, a nível estadual, o princípio enunciado nos arts. 227, § 7º e 204 da Constituição Federal.

Assim, porque terá o prefalado Conselho caráter consultivo, deliberativo e controlador da política estadual de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, bem como porque em sua composição será assegurada a participação paritária de organismos populares, restará devidamente atendido o enunciado na Constituição Federal no sentido de que as ações go-

vernamentais nessa área devam ter como base a diretriz de "participação da população", por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis" (art. 204, inc. II da C.F.).

Trata-se, como se vê, de norma que visa efetivar o discurso da democracia participativa.

A busca é de materializar em nosso ordenamento jurídico estadual regra alentada pelo raciocínio de que a sociedade civil organizada é quem poderá melhor discutir, suas questões e encontrar as soluções mais corretas para seus problemas, caminhando para o alcance de um estado genuinamente democrático e, por isto mesmo preocupado em atender à situação de carência em que se encontra grande parte de nossa infância e juventude.

A opção por um Conselho paritário, composto por representantes dos órgãos públicos e das entidades populares, permitirá efetiva integração, política e técnica, das diversas instituições responsáveis pela preservação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Vale salientar que o Estado do Paraná conta, até o momento, com a Comissão Estadual de Estudos sobre o menor em situação irregular (composta por representantes da Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social; da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR; da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor - FUNABEM; da Secretaria de Segurança Pública; Legião Brasileira de Assistência - LBA; da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB; do Poder Judiciário e do Ministério Público), que embora tenha sido co-responsável pelos avanços do Estado nesta área de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes, possui apenas caráter consultivo e não apresenta dentre seus membros representantes populares.

Finalmente, registre-se que o desempenho da função de membro do Conselho será considerado como serviço relevante prestado ao Estado do Paraná, mas não terá qualquer tipo de remuneração.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente. Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Está com a palavra o PDS.

(Declina).

Está com a palavra o PDC.

(Declina).

Está com a palavra o PFL.

(Declina).

Está com a palavra o PL.

(Declina).

Está com a palavra o PDT.

(Declina).

Está com a palavra o PRN.

(Declina).

Está com a palavra o PTB.

(Declina).

Está com a palavra o PT.

(Declina).

Está com a palavra o PMDB.

(Declina).

Está com a palavra o PSDB.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1306/90/GS subscrito pelo Sr. Secretário de Estado da Saúde, constante do expediente, encaminhando cópias das Tomadas de Preços n° 19/90 e 22/90 realizadas naquela Secretaria/Fundação Caetano Munhoz da Rocha, as quais foram requeridas pelos Srs. Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira e Nereu Carlos Massignan. À Diretoria Administrativa, para ciência dos Srs. Deputados requerentes.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Antes que Vossa Excelência submeta ao apoio o projeto de resolução em pauta, eu pedi a palavra, pela ordem, para dois assuntos. Primeiro: cumprimentá-lo efusivamente, porque é a primeira vez, em 20 anos que esta Casa lê justificativa de projeto de lei e de resolução; que a Mesa lê a justificativa. Quero cumprimentá-lo, efusivamente, pelo cumprimento da norma legal, pela primeira vez nesta Casa.

Em segundo lugar negar o meu apoio à essa excrescência que acaba de ser lida pelo Sr. 1° Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto de resolução necessita de apoio. Srs. Deputados que apoiam conservem-se como estão.

Cinco Srs. Deputados o aprovam. Está Apoiado. São necessárias apenas cinco pessoas, cinco assinaturas para apoio. Está apoiado. O projeto de resolução vai ser encaminhado, pela Mesa, à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Então Vossa Excelência não precisava submeter a voto, bastava mandar colher cinco assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

lamenta informar ao nobre e experiente Deputado Erondy Silvério que o apoio representa somente cinco assinaturas, ou cinco pessoas, pelo menos é o que determina o Regimento Interno.

A Mesa vai encaminhar à Comissão de Justiça.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, apenas para um esclarecimento: que não paire dúvida a este Plenário, nem à imprensa, nem à população que aqui está assistindo a esta sessão. Vossa Excelência submeteu à votação apenas aquilo que poderia já ter ido no requerimento, são cinco assinaturas de apoio, não significa aceitação do projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só apoio, a determinação da Mesa é encaminhar à Comissão de Justiça.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu quero me reportar às palavras do Deputado Erondy Silvério, não tomarei o tempo desta sessão porque tenho certeza absoluta que a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, ao receber este pedido, haverá de relatar, com os critérios de Lei, inclusive na interpretação da Constituição do Estado do Paraná, o absurdo da pretensão do nobre Parlamentar, de tentar um processo de "impeachment", contra o Governador, pelo descumprimento de Leis que o Governo não descumpriu.

Tenho a impressão de que nesta Casa, Sr. Presidente, muitos de seus Parlamentares deveriam fazer um curso sobre processo legislativo, para terem a noção exata daquilo que representa descumprimento da Lei, do seu direito como Parlamentar para não expor esta Assembléia, num todo, no seu corpo, a projetos interesseiros como esse e a momentos que eu acho vexatório para este Parlamento, de ter que estar discutindo sobre um fato que não existe e obviamente não deveria estar aqui sendo julgado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu como autor dessa proposição, como fiscal dos Poderes e fiscal da lei, da Constituição, repudio a postura adotada pelo Líder governista e retribuo, acho que neste Parlamento tem Líder governista que precisa ir para o móbrel, que precisa aprender ler o inciso 7º, do artigo 88 da Constituição do nosso Estado que é claro: que é crime de responsabilidade o descumprimento de Lei e Resolução, e Sua Excelência o Sr. Governador que ele representa neste Parlamento ainda não pagou a Lei que nós aprovamos aqui, de política salarial para o funcionalismo, não pagou o

mês passado, já está vencendo o segundo mês e não pagou, e não conseguiu inconstitucionalidade, não sei se pediu, no entanto ele não pode descumprir uma Lei que ele vetou e nós derrubamos o veto. Foi promulgada e publicada. Ele está desrespeitando, ele terá que ser enquadrado em crime de responsabilidade, e o que estou pedindo é que ele seja afastado de suas funções para que nós montemos o processo e vamos apurar para ver se este Parlamento vai julgá-lo responsável pelo cumprimento das leis que ele jurou cumprir aqui neste Parlamento. Então, não aceito, e solicito que o nobre Líder do Governo vá para o móbrel aprender a ler nossa Constituição.

Muito obrigado!

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, apenas para justificativa porque me parece que a Constituição do Paraná, embora outorgada, muitos não a leram. O artigo 88 citado pelo nobre Deputado diz o seguinte: "São crime de responsabilidade do Governador no sétimo, o não cumprimento das Leis e das decisões judiciais."

Eu não quero me estender porque nenhum de nós aqui quer discutir e gastar tempo desta Assembléia em explicações descabidas. A Assembléia votou aqui uma Lei dando aumento diferente daquele que era de origem do Executivo, o Executivo vetou no estrito cumprimento da Constituição no seu artigo 66 combinado com o 68. A Assembléia derrubou o veto, isso não significa Lei aprovada porque houve recurso do Executivo no Judiciário, da mesma forma a questão da anistia há recurso no Judiciário, e o artigo citado pelo nobre Deputado e a sua argumentação inclusive no pedido está muito claro, o cumprimento de Leis de decisões judiciais que não foram deixadas de cumprir. Mas, isso nós vamos discutir nobre Deputado Pedro Tonelli, por ocasião da votação da sua proposição, com mais tempo, com mais vagar, analisando a Constituição, a Lei e aquilo que faz com que realmente nós Parlamentares, sejamos fiscais como Vossa Excelência, usou, dos atos do Executivo. No entanto, este Parlamento só se valoriza no instante em que ele desempenhar as suas funções, mas desempenhar independente de partidos políticos, não trazendo constrangimento à administração pública do Paraná seja ela administrada por Governador de qualquer Partido. De resto nós estamos só criando um clima de instabilidade e de especulação, e é o que nenhum de nós quer que é desestabilizar o Governo, porque com isso todos os paranaenses pagam.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu acato a decisão de Vossa Excelência e na semana que

vem nós vamos apreciar e julgar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa aos Srs. Deputados que o projeto de resolução será encaminhado à comissão de Justiça. É matéria de alta indagação e nós vamos submetê-la primeiramente ao crivo da Comissão de Justiça. A Comissão de Justiça ainda não está organizada, falta a indicação do PTB. Tão logo o PTB faça a sua indicação a Mesa vai convidar o Senhor 1º Vice-Presidente para que proceda à instalação da Comissão de Justiça de acordo com os termos regimentais.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira e Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputados Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Não recebido pela Mesa, em decorrência do não atendimento ao disposto pelo art. 70 da Constituição do Estado do Paraná.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 352/90, constante da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO (Ofício nº 166/90), que altera a Lei nº 7.297 de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 272/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o inciso I, do artigo 9º, da Lei nº 8933/89 e acrescenta o inciso III e § 1º ao artigo 10 (ICMS). Aprovado. (Publ. no DA. nº 89, de 16.10.89).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 377/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria a Região Administrativa de União da Vitória, composta pelos municípios de União da Vitória, Porto Vitória, Cruz Machado, Bituruna, Paula Freitas, Paulo Frontin, General Carneiro, Mallet,

São Mateus do Sul, Antônio Olinto e Palmas. Aprovado. (Publ.no D.A. nº 113, de 06.12.89).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 49/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que dispõe sobre a reserva, nos fóruns, presídios e delegacias de polícias, de dependências destinadas à Ordem dos Advogados do Brasil, em função do exercício da atividade profissional. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03 de 20.02.90).

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/89, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JOSÉ EDUARDO DE ANDRADE VIEIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa Corretiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 365/89

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA DE PLENÁRIO

No artigo 1º, do Projeto de Lei nº 365/89, onde se lê: "cidadão honorário", leia-se: "cidadão benemérito".

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

Apoio: PIRAJÁ FERREIRA, NELSON VASCONCELLOS, RUBENS BUENO e LUCIANO PIZZATTO.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Qual é a emenda que consta do Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O artigo 1º, do Projeto de Lei, leia-se "Cidadão Benemérito". (365/89)

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 30/90, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que estabelece critérios e normas para a execução da Política Habitacional do Estado do Paraná, regulamentando os artigos 212 e 213 da Constituição do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL de Plenário.

Há duas emendas: Emenda Substitutiva de Plenário, apresentada pelo Deputado Nereu Massignan e emenda do autor do Projeto, ao Substitutivo Geral.

A discussão desse Projeto fica suspensa por alguns minutos, até que o Deputado autor e o Deputado da Emenda Substitutiva possam se entender.

Parece que não houve acordo. Vou submeter a votos.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Para encaminhar)

- Senhor Presidente, eu gostaria, em que pese a minha consideração pelo nobre Deputado Nereu Massignan, um Deputado que ao longo desses anos aqui na Assembléia tem demonstrado o seu saber jurídico, a sua preocupação com as causas do Paraná, mas acontece que eu que também fiz um Projeto de Lei, e o meu Projeto de Lei versa sobre a regulamentação dos artigos 212 e 213 da Constituição Estadual, e, posteriormente o Deputado Nereu, antes do Deputado Paulino Delazeri, entrou com pedidos de vista, depois o Deputado Nereu entrou também, quando o meu Projeto estava em votação, com pedidos de vista, e, posteriormente o Deputado Nereu entrou com o Substitutivo Geral, e na minha opinião, eu conversei com o Deputado Nereu, mas, eu fico com a minha opinião.

Eu acho que o meu Projeto de Lei, ele fica alijado, e eu vejo bastante redundâncias em várias colocações do Substitutivo Geral, do Deputado Nereu, para com o meu Projeto original. Ele não menciona a COHAPAR como órgão gestor da política habitacional, e eu acho que a COHAPAR, até prova em contrário, até que ela seja desativada, ela continua sendo o órgão gestor pela política habitacional.

No artigo 2º, o Deputado Nereu, no seu Substitutivo, ele diz:

"Pelo Poder Público será o gestor, e diz:

Artigo 2º, e pelo artigo 2º, que o Poder Público será o gestor.

Dáí, eu pergunto aqui, mas, qual o Poder Público, quer dizer, ele não especifica. O Poder Público fica muito vazio. Não se sabe qual o poder que vai ser o gestor, sendo que nós temos a COHAPAR que hoje gestiona a política habitacional do Estado do Paraná.

Depois, aqui no parágrafo 3º, do artigo 4º, do Projeto do Deputado Nereu, ele também diz o seguinte:

"As empresas loteadoras ou loteadores autônomos, que pretendem atender a população de baixa renda, deverão se enquadrar na legislação pertinente, e atender as exigências dos órgãos gestores da política habitacional do Estado do Paraná.

Quer dizer, aqui ele já coloca os órgãos gestores. Então, eu estou entendendo que ele quer dizer que é a COHAPAR os órgãos gestores.

Depois, mais adiante nós vamos ver que o Deputado Nereu, ele copia o Fundo Paranaense de Habitação Popular, ele copia todos os itens do meu Projeto de Lei, ele copia de onde vai sair este Fundo.

Mais uma vez fica igual ao meu Projeto. Então, não está substituindo nada. Está apenas alegando e mudando algumas expressões. Então, faço um apelo, não à Ban-

cada do PMDB, eu faço um apelo a todos os Parlamentares que entendem que os projetos, nós devemos respeitar um Projeto original. Entendemos que, um Projeto pode aceitar emendas, desde que estas emendas não venham a se enquadrar naquilo que o Projeto já diz, senão nós estamos tirando um direito de um Deputado, de fazer um Projeto.

Entra um outro Deputado com uma emenda, e faz da sua emenda, aquilo que eu falei no projeto original.

Então, o que eu quero dizer com tudo isto?

Eu peço a V.Exa. que coloque em votação o meu Substitutivo derrubando o Substitutivo do Deputado Nereu.

Coloque em votação o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa consulta V.Exa., se, o seu Substitutivo é a reprodução do Projeto inicial?

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, não há necessidade do seu Substitutivo.

Se for rejeitada a emenda do Deputado, prevalece o seu substitutivo.

O seu Projeto é isto, então?

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Prevalece o meu Projeto.

Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Senhor Presidente, nobres Deputados, Senhor Deputado José Afonso Júnior:

Na verdade, longe de mim vir aqui estabelecer uma polêmica com V.Exa.

Também não é do meu interesse, nem foi da minha intenção, assumir a autoria do Projeto de Lei que pertence, por mérito a V.Exa. e assim sempre o será.

Nós fizemos uma emenda substitutiva, como forma mais prática de propormos algumas alterações, que não são apenas nossas mas, são produto de uma discussão, com setores interessados e conhecedores da matéria.

Neste aspecto, eu me permitiria dizer a V.Exa. que a emenda substitutiva geral contempla 95% do que consta do seu projeto original. Apenas, rapidamente, para abordar algumas pequenas alterações que nós colocamos aqui - pequenas em termos de número de palavras - mas fundamental para o aperfeiçoamento do projeto, por exemplo: o § 3º do artigo 4º. Essa questão do órgão gestor a gente aqui não se preocupa em colocar que seja a COHAPAR, porque a COHA-

PAR, até a semana passada, nesta forma administrativa louca do Governo, constava como empresa extinta. Hoje, já estive lá, e V.Exa. lá se encontrava, também, a COHAPAR já não faz mais parte desta terceira fase da reforma administrativa e é mantida como órgão da política habitacional do Estado.

Ora, quando digo na lei que haverá um gestor da política habitacional, eu não preciso dizer que seja a COHAPAR porque amanhã ou depois dentro desta ânsia reformista, dentro desta ânsia de reformas administrativas que está por aí, porque está na moda hoje reformar tudo: vender carros, extinguir aqui, recriar lá, demite aqui, repõe lá, cria um fundo de funcionários disponíveis, demite outros, readmite, extingue órgãos. Então, isso é temerário nós colocarmos numa Lei Complementar que vai ser a COHAPAR, porque eu não sei se a COHAPAR vai durar seis meses.

Na verdade, quando se coloca aqui haverá um gestor, esse gestor se define depois. Na medida em que se acabar com a COHAPAR e se cria um outro, aquele vai ser o gestor por uma mera decisão administrativa. É uma forma de se evitar que cada vez se extingue um órgão público tenha que se fazer uma modificação da lei.

Por outro lado nós estamos criando conselho, o Conselho Estadual de Habitação, que não consta do seu Projeto, com caráter deliberativo, terá sua composição definida em lei, garantia das representações dos municípios, inquilinos, mutuários e movimento popular pela moradia dentro de seis meses após a promulgação desta lei. Nós vamos criar um conselho porque na verdade hoje a política habitacional do Estado e da União se faz promoção de meia dúzia de burocratas, que decidem os programas, os projetos, que decidem o tamanho da casa, que não conhecem as dificuldades daqueles que não têm casa. Na medida que nós tivermos um conselho e que todos eles, em caráter deliberativo, elaborem os programas, evidentemente, nós teremos outras alternativas muito mais criadoras do que os meros burocratas e técnicos, que muitas vezes bem intencionadas, não refletem essa realidade dolorida, que é o cidadão sem casa.

Por outro lado contemplamos também uma política habitacional para o idoso, para os velhos, porque na verdade todos os projetos, como o projeto MUTIRAO que é uma grande iniciativa, implantado no Governo José Richa, se esquece sempre de contemplar o idoso, procura família que ganha até cinco salários-mínimos, mas muitas vezes o idoso não ganha cinco salários-mínimos, ganha um salário-mínimo de aposentadoria e ele não é contemplado. Isto não quer dizer que todos os velhos deste País

possuem casas, pelo contrário, muitos idosos, velhos aposentados não possuem casas.

Então, na verdade o que eu quis fazer foi contribuir para o seu projeto.

Eu quero cumprimentar Vossa Excelência - eu não estou aqui fazendo um embate de votos - agora, eu pediria a sensibilidade dos Deputados para que votassem a emenda substitutiva geral para poder contemplar essas minhas iniciativas que se acrescentam à grande iniciativa de Vossa Excelência em regulamentar o artigo da Constituição.

Eu não estou aqui, nobre Deputado, de maneira nenhuma, tentando me promover num projeto que é de Vossa Excelência de sua iniciativa, que será sempre reconhecido como tal, será conhecido como a "Lei Afonso Júnior" pelo mérito da sua preocupação com isto, mas que me permita pelo menos, eu também, como Parlamentar, mostrar as minhas preocupações e aperfeiçoar essa grande iniciativa de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Pela Ordem)

Deputado Nereu, eu faço um apelo a Vossa Excelência eu convido Vossa Excelência para que assine junto comigo o meu projeto inicial e seja co-autor. Só para entender melhor, Deputado, quando o Senhor fala em conselho da habitação popular, isso já foi objeto de estudo na Constituição Estadual quando o Deputado Caíto Quintana era relator e, posteriormente, não foi possível inserir na Constituição Estadual. Então, está em tramitação também, dentro desta Casa, criando o conselho da habitação popular de minha autoria

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Mas, nobre Deputado, tanto a nível de habitação por que não criar o conselho?

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Mas, o Senhor se referiu que o conselho, por isso que nós teríamos que aprovar a sua emenda porque o meu projeto não trata do Conselho.

Eu estou avisando a Vossa Excelência que eu já tenho também em tramitação o Conselho.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu não pretendo assinar o seu projeto, em co-autoria, porque se assim fosse eu não faria emenda substitutiva.

Vossa Excelência continua como autor do projeto, eu quero apenas aprovar as minhas emendas.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Então, peço a Vossa Excelência que coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dado a

controvérsia da matéria transfiro a discussão e votação para a sessão de segunda-feira.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente, faço um apelo a Vossa Excelência para que coloque em votação hoje, porque segunda-feira este Parlamentar não poderá estar em plenário e daí fica prejudicado o meu projeto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu concordo com Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Seja feita a vossa vontade.

Senhores Deputados que aprovam o substitutivo geral do Deputado Nereu Carlos Massignan, conservem-se como estão, antes porém, se rejeitado prevalece o projeto de autoria do nobre Deputado José Afonso Júnior.

Senhores Deputados que aprovam o substitutivo geral do Deputado Nereu Massignan, conservem-se como estão.

Rejeitado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.
Senhores Deputados que aprovam...

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela ordem) - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o substitutivo geral do Deputado Nereu Massignan, queiram levantar-se.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela ordem) - Foi requerido chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, em processo de votação não cabe a chamada nominal.

V.Exa. está fazendo verificação de votação.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela ordem) - Foi o próprio autor do projeto que reque-reu, Senhor Presidente.

Se o autor retirar, eu requeiro chamada nominal.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela ordem) - Eu retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está retirada.

Senhores Deputados que aprovam...

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Eu requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Em processo de votação, nobre Deputado e conferência de votação não cabe chamada nominal.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Pode, pode. V.Exa. democraticamente, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente em processo de verificação de votação, pode não caber a chamada nominal, mas já que há insistência, nós vamos proceder à chamada nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, em verificação de votação Deputado Annibelli, eu gostaria que V.Exa. pelo cumprimento do requerimento, retirasse. Para nós não ferirmos o regimento. Já foi votado. Está em processo de verificação, não cabe a chamada. São só os Parlamentares que estão em plenário.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela ordem) - Senhor Presidente, para não constranger e temos que usar o instrumento legítimo da minoria, neste caso, hoje, neste momento, eu requeiro a chamada nominal se assim V.Exa. não entender eu proponho a obstrução e a retirada do plenário para que essa emenda substitutiva não seja derrotada, porque a derrota não será do Deputado Nereu Massignan, será dos mutuários, dos inquilinos e dos idosos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

A Mesa informa que desta sessão para frente, não procederá mais chamada nominal na verificação de votação.

Vamos praticar uma inovação, os Senhores Deputados na chamada nominal responderam pela aprovação ou não da emenda substitutiva do Deputado Nereu Massignan.

Em favor do substitutivo, dirão sim.

Contra o substitutivo, dirão não.

Prevalecendo no caso o projeto do Deputado José Afonso Júnior.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luciano Pizzatto) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Para justificar) - Por entender que esse Projeto não prejudica os mutuários, não prejudica os aposentados, eu voto com o Deputado José Afonso Júnior.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luciano Pizzatto) - (Continua à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vinte Senhores Deputados responderam NÃO e cinco SIM.

Não há quorum para votação.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR (Pela ordem) - Segunda chamada porque saíram dois. Saiu o Deputado Nereu e V.Exa. sabe que dentro do Regimento Interno, após procedida à votação não pode se retirar do plenário. Está dentro do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Poder pode, mas a Mesa vai descontar os Deputados que se retiraram na hora da votação.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Eu solicito segunda chamada. Requeiro segunda chamada, dos ausentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos atender.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luciano Pizzatto) - (Procede à chamada nominal). (Segunda chamada dos ausentes).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento do Deputado Pedro Tonelli. Dois requerimentos serão apreciados na sessão de segunda-feira.

O Deputado Algaci Túlio requer Comissão Parlamentar para intermediar negociação entre o Governo do Estado. A Mesa deixa de receber porque já há uma Comissão Parlamentar de Inquérito para tratar do assunto e isto está imbutido.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 47/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que cria o município de BRASILÂNDIA, com território desmembrado do município de Alto Piquiri com sede na localidade do mesmo nome e divisa que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 47/86

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Parlamentar Anibal Khury, cria o Município de Brasilândia, com território desmembrado do município de Alto Piquiri, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica.

Em análise da referida proposição, vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade popular da comunidade interessada expressada durante a

realização de plebiscito no dia 13 de maio de 1990, quando do número global de votantes - 2.044, foi 1.986 o número de votos favoráveis à criação do município de Brasilândia.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 74/90, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dá nova redação ao art. 1º, da Resolução nº 40/89. (Fica fixado em 1/3 do subsídio fixo do Deputado Estadual a pensão mensal paga às viúvas de ex-Deputados Estaduais). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 074/90

P A R E C E R:

De autoria da Comissão Executiva desta Casa, o presente projeto de resolução visa dar nova redação ao artigo 1º da Resolução nº 40/89, ou seja, fixa em 1/3 do subsídio fixo de Deputado Estadual a pensão mensal paga às viúvas de ex-Deputados Est. Por esta resolução as citadas viúvas ficavam submetidas à legislação do salário-mínimo.

Analisada a matéria por esta Comissão Geral, entende que a mesma se encontra regimental, legal e constitucionalmente apta para ser tramitada pelos órgãos competentes desta augusta Casa de Leis.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

LUCIANO PIZZATTO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 338/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que equipara os níveis de vencimentos dos policiais que exerceram os cargos de inspetor e guarda de trânsito aos das classes iniciais das carreiras de detetive e agente de segurança, repectivamente. Aprovado. (Publ.no DA. nº 68 de 07.06.90).

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 09/90, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor RONAN TITO e de Benemérito do Paraná ao Senhor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 09/90.
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1° - Ficam concedidos os Títulos de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Ronan Tito e de Cidadão Benemérito ao Senhor Francisco Cunha Pereira Filho.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.01.90.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

Em plenário.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 127/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 59/90), que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, que aquela entidade pretende realizar. (Publ.no DA. n° 26, de 26.03.90, Mensagem).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 127/90

PARECER:

O projeto de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 59/90, que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, que aquela entidade pretende realizar.

Não havendo óbice da natureza constitucional e legal, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente;
NELSON VASCONCELLOS - Relator.

Aprovado, com o Parecer da Comissão Geral.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 221/90, de autoria do Deputado PAULINO DE LAZERI, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS SERVIDORES DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO ESTADO DO PARANÁ. Aprovado. (Publ.no DA. n° 38, de 16.04.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 237/90, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES - APM, da Escola Estadual Semiramis de Barros Braga, com sede e foro no distrito de Vila Emiliano Pernetá, município de Piraquara. Aprovado. (Public. no DA. n. 41, de 19.04.90)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 280/90, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DO JARDIM FLORENÇA E LOCALIDADES VIZINHAS. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 47, de 03.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 298/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública estadual a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste. Aprovado. (Public. no DA. n. 51, de 10.05.90)

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 322/90, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor ANDRÉ ZACHAROW. Aprovado. (Public. no DA. n. 61, de 28.05.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 343/90, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que institui o plano de carreira dos servidores públicos civis regidos pela Lei Federal n. 194/66. Aprovado. (Public. no DA. n. 70, de 12.06.90).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 346/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que institui piso salarial mínimo às categorias regidas pela Lei Federal n. 5.194/66 e demais alterações, na administração indireta e fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná. (Public. no DA. n. 70, de 12.06.90).

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Vossa Excelência está votando qual projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto n. 346/90.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, com referência ao Projeto n. 343/90, e ao próximo Projeto, de n. 346/90, nós votaremos contrários, Senhor Presidente, para discutirmos, na continuidade, inclusive com Vossa Excelência que é autor de um deles, e o Deputado Hermas Brandão, autor de outro, porque quer nos parecer que a origem destes dois projetos seja de competência do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - APROVADOS os projetos, com o voto contrário da Bancada do PMDB.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 75/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito

objetivando a transferência de área territorial dos municípios da Lapa e Araucária para o município de Contenda.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 75/90
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda, com as divisas a seguir especificadas:

"Começa na foz do Arroio Passo da Guarda no Rio Iguaçu, sobe por este até alcançar a foz do Rio Isabel Alves pelo qual sobe até a confluência da estrada que liga a localidade de Guajuvira de Baixo com a antiga estrada velha a Curitiba-Lapa, seguindo pela referida estrada de localidade de Guajuvira de Baixo rumo leste, até alcançar o Rio das Onças e por este acima até sua nascente, de onde segue pelo divisor das águas rumo sudeste até a nascente do Rio Cachoeira, pelo qual desce até a foz da Água denominada Lavrinha, deste ponto por uma linha seca rumo 78°00'NO - 9.800 metros aproximadamente, até atingir o Rio dos Cardosos e por este acima até a foz do Arroio Passo da Cruz pelo qual segue até sua nascente onde por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Passo da Guarda, e por este abaixo até sua foz no Rio Iguaçu, ponto de partida".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

FERRARI JÚNIOR

Relator

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) Senhor Presidente, enquanto aguardamos uma definição dos Deputados Nereu Carlos Massignan e José Afonso Júnior, nós colhemos neste instante para solicitar de Vossa Excelência que faça com que retorne à Ordem do Dia da próxima sessão para apreciação em discussão única do veto apostado por Sua Excelência o Governador ao Projeto de Lei de nossa autoria que cria o município de Pirapó, tendo em vista que o prazo para apreciação desta matéria pela Assembléia Legislativa está praticamente encerrado; está encerrando-se.

Então, diante deste fato solicitamos a Vossa Excelência que inclua na Ordem do Dia da próxima sessão a apreciação em discussão única do veto apostado ao Projeto de Lei que cria o município de Pirapó desmem-

Curitiba, quinta, em 21.06.90

brado de Apucarana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa providenciará que o projeto que Vossa Excelência requer seja incluído na próxima sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Senhor Presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência que nós cuidássemos da votação da lei de diretrizes orçamentárias para que pudéssemos encerrar o primeiro período de sessão legislativa conforme a Constituição. E nós temos apenas uma semana, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa está aguardando a sanção pelo Senhor Presidente da República o veto da lei de diretrizes e bases do orçamento da União para em seguida elaborarmos um projeto de lei sobre o mesmo assunto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela ordem) - Eu consultaria Vossa Excelência que, se nós, eventualmente não tivermos tempo no período normal a Assembléia entrará em recesso ou teremos que aguardar?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. A Assembléia vai entrar em recesso, mesmo porque o Congresso Nacional também não aprovou dentro do prazo que lhe competia.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1695, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1680, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1683, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1684, 1685, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1690, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1693, de autoria dos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Rubens Bueno, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1692, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

tra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 30/90

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 305/90 e do Projeto de Resolução n° 63/90

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 365/89

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 47/86 e do Projeto de Resolução n° 74/90

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 338/90 e dos Projetos de Lei n°s 09/90, 127/90, 221/90, 237/90, 280/90, 298/90, 322/90, 343/90, 346/90 e do Projeto de Resolução n° 75/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 42/90 e 77/90.

Levanta-se a sessão.